



18° Fórum abag

Propostas do Agronegócio Para o Próximo Presidente da República

São Paulo, 17 de Março de 2010



Agenda de Trabalho

1. Cenários

1.1. Mundo: aumento da demanda por alimentos, fibras e energia

1.2. Brasil: horizonte 2008/09 a 2019/20

2. Questões Chave

3. Releitura 2010

**Propostas do Agronegócio para o Próximo
Presidente da República – versão preliminar**

4. Debates e Encaminhamento



1. Cenários

1.1. Mundo: aumento da demanda por alimentos, fibras e energia

	2007	2050	Δ%
Cereais (milhões t)	2100	3000	42,85
Carnes (milhões t)	228	463	103,07
População (bilhões pessoas)	6,8	9,2	35,29
População urbana (bilhões de pessoas)	3,32	6,44	93,9

Fonte: FAO, outubro de 2009



1. Cenários

1.2. Brasil: horizonte 2008/09 a 2019/20

- Média de 41,4%, em volume, no comércio mundial de açúcar, complexo soja, carnes, suco de laranja e café.
- Predominância: consumo interno

✓ **Expansão da área de lavouras** → Total: 11,0 milhões de ha;
Soja: 4,7 milhões de ha;
Cana-de-açúcar: 4,3 milhões de ha;

» **Crescimento* soja, milho, trigo, arroz e feijão:**

	2008/09	2019/20	Δ%
Produção (milhões t)	129,80	177,50	36,72
Área (milhões ha)	44,20	50,10	13,57
Produtividade (t/ha)	2,93	3,54	20,36

* 34,5% via aumento de área e 65,5% via aumento de produtividade;



1. Cenários

1.2. Brasil: horizonte 2008/09 a 2019/20

» Projeção da Produção

Produto	Unidade	2008/09	2019/20	Δ (%)
Milho	milhões t	50,97	70,12	37,57
Soja	milhões t	57,09	81,95	43,55
Trigo	milhões t	5,67	7,07	24,7
Laranja	milhões t	18,54	21,06	13,55
Carne de Frango	milhões t eq. carcaça	11,13	16,63	49,44
Carne Bovina	milhões t eq. carcaça	7,83	9,92	26,76
Carne Suína	milhões t eq. carcaça	3,19	3,95	23,91
Cana-de-Açúcar	milhões t	696,44	893	28,22
Açúcar	milhões t	31,5	46,7	48,24
Etanol	bilhões litros	27,67	62,91	127,33
Algodão	milhões t	1,19	2,01	68,19
Arroz	milhões t	12,63	14,12	11,72
Feijão	milhões t	3,48	4,27	22,61
Leite	bilhões litros	30,34	37,75	24,45
Farelo de Soja	milhões t	22,48	28,17	25,27
Oleo de Soja	milhões t	5,69	7,92	39,08
Papel	milhões t	9,41	12,24	30,04
Celulose	milhões t	12,7	18,1	42,56



1. Cenários

1.2. Brasil: horizonte 2008/09 a 2019/20

» Projeção das exportações

Produto	Unidade	2008/09	2019/20	Δ (%)
Milho	mil t	7.000	12.620	80,30
Soja	mil t	27.600	37.870	37,20
Suco de Laranja	mil t	2.030	2.650	30,10
Carne de Frango	mil t eq. carcaça	3.550	6.090	71,50
Carne Bovina	mil t eq. carcaça	1.690	3.090	82,80
Carne Suína	mil t eq. carcaça	610	830	37,30
Açúcar	mil t	21.140	32.200	52,30
Etanol	bilhões litros	4.680	15.120	222,90
Algodão	mil t	440	830	91,60
Farelo de Soja	mil t	12.300	13.640	10,90
Óleo de Soja	mil t	1.500	2.290	52,80
Leite	milhões de litros	1.050	1.940	84,30
Celulose	mil t	7.040	11.080	57,39
Papel	mil t	1.980	2.820	42,42

Fonte: AGE/MAPA, 2010



2. Questões Chave para o Agronegócio

**Priorizar medidas anticíclicas
e salvaguardar a renda do campo**

**Como desenvolver estratégias competitivas
para crescer de forma sustentável**

**O agronegócio garante o bom desempenho da
balança comercial e amplia a inserção do país na
economia global**



2.1. Variações cíclicas

	1999 a 2004	2005 e 2006	2007 a 2009
Área	Expansão	Retração	Manutenção
Câmbio	Desvalorizado	Valorizado	Valorizado
Preços	Favoráveis	Desfavoráveis	Voláteis
Doenças	EUA e UE	Brasil	Brasil
Exportação	Dobra	Cresce	Cresce
Renda	Cresce	Diminui	Estável
Imobilização	Alta	Alta	Alta
Dívida	Com liquidez	Sem liquidez	Sem liquidez

**Variações desde julho de
1994 (Plano Real) até
dezembro de 2009**

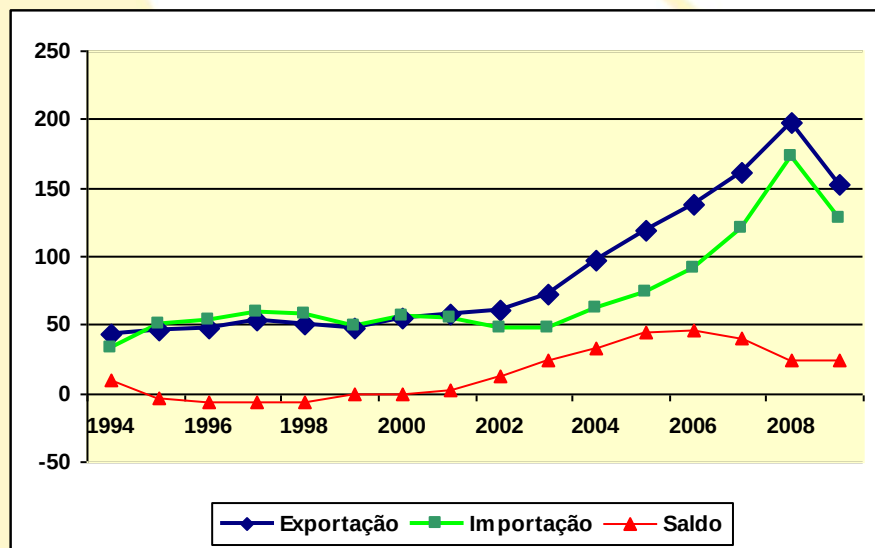


Câmbio: 77%
Cesta básica: 165%
Inflação: 246%
Salário mínimo: 618%

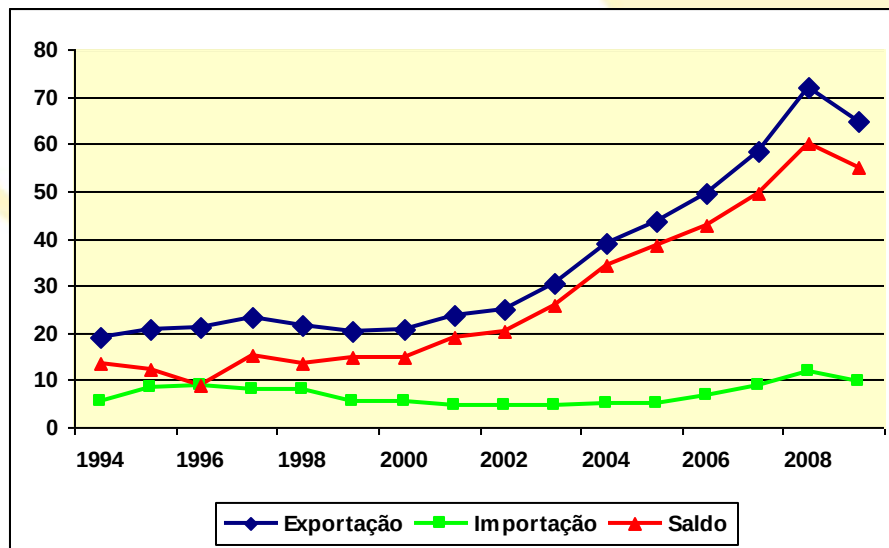


2.2. Balança Comercial US\$ bilhões

Brasil



Agronegócio



Fonte: SECEX/MDIC, 2010



3. Releitura das Propostas - 2010

- | | |
|---|--|
| <ol style="list-style-type: none">1. Orçamento e Papel do MAPA2. Crédito e Endividamento Rural3. Seguro Rural e Renda4. Tributação5. Contratos nas Cadeias Produtivas6. Segurança Fundiária7. Marketing8. Sustentabilidade9. Meio Ambiente10. Relações Internacionais11. Infraestrutura e Logística12. Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação13. Agroenergia14. Normas e Certificações15. Defesa Sanitária16. Montagem Institucional | |
|---|--|

Sistemática: contexto, objetivo e estratégia



1. Orçamento e Papel do MAPA

- ✓ Participação do MAPA no OGU* cai de 7,5% para 1,0% desde 1980;
- ✓ MDA absorve mais de 30% do orçamento do MAPA;
- ✓ Dicotomia na política pública setorial: “um só agronegócio”;
- ✓ Áreas imprescindíveis sofrem cortes de verba (ex: sanidade).

- Estado: importante indutor do desenvolvimento;
- Formulação, implementação e avaliação de políticas para melhorar a competitividade do agronegócio.

- Compromisso equivalente à importância do agronegócio: 26% do PIB (2008) e 42,3% das exportações (2009);
- Unificação do MAPA, MDA e Pesca: racionalidade dos gastos e atribuições;
- Áreas passíveis de terceirização/parcerias/credenciamento: rede de laboratório, assistência técnica, certificação e rastreabilidade, etc;
- Responsabilidade nas políticas agroambientais, florestais e do uso da água (irrigação).



2. Crédito e Endividamento Rural

- ✓ Alta alavancagem, problemas climáticos e preços desfavoráveis nas safras 2004/05 e 2005/06: endividamento rural toma proporções impagáveis;
- ✓ Lei 11.755/08 (MP 432) de agosto de 2008: renegociação de 2,8 milhões de contratos no valor de R\$ 75 bilhões. Saldo da dívida: R\$ 110 bilhões;
- ✓ Renegociação de dívida não é automática: depende da análise dos agentes financeiros;
- ✓ Problemas na classificação de risco: muitos agricultores não tomam os recursos previstos nos Planos Agrícolas e Pecuários;
- ✓ Modelo esgotado: SNCR (Lei 4.829, de 05 de novembro de 1965) inadequado para a realidade do agronegócio;
- ✓ Participação do BNDES nas linhas de investimento: Finame, Moderfrota, Moderagro, Prodecoop, etc .

- Rede de proteção para mitigar o risco no crédito para todos os agentes;
- Aporte de crédito (custeio, investimento e comercialização): de acordo com o fluxo de caixa e situação patrimonial do agricultor;



2. Crédito e Endividamento Rural

- ➡ Manter a participação do BNDES nas linhas de investimento;
- ➡ Instrumentos de transferência de recursos do mercado de capitais para o crédito rural: CDCA's, LCA's, CRA's, etc
- ➡ Aperfeiçoar as operações PEP, PEPRO, Opções de Venda, Subsídio ao Frete, etc
- ➡ Mudança na legislação: estimular os agentes financeiros a aportarem recursos para as cadeias produtivas;
- ➡ Recursos obrigatórios para os programas sociais;
- ➡ Mais transparência com a pejotação (firma agrícola) e a desoneração: redução do imposto de renda e impostos indiretos (PIS/Cofins, ICMS, etc);
- ➡ Estabelecer grau de alavancagem ao produtor;
- ➡ Montagem da central de registro e lista positiva de mutuários;
- ➡ Fundo garantidor de crédito financiado por governo e agentes financeiros, para cobrir as inadimplências residuais;
- ➡ Programa de subvenção nos contratos de Opções;
- ➡ Operações com base em Zoneamento Econômico Ecológico.



3. Seguro Rural e Renda

- ✓ **Principal diferença entre a agropecuária brasileira e os países desenvolvidos: falta de garantia de renda;**
- ✓ **Lei No 10.823, de 19 de dezembro de 2003, autorização do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR);**
- ✓ **PSR começa a funcionar em 2005;**
- ✓ **Criação do fundo de catástrofe, encaminhado pela Presidência ao Congresso em maio de 2008;**
- ✓ **Indefinição na aprovação do orçamento do PSR.**

- **Implementar instrumentos perenes de proteção da renda e de Seguro Rural: medidas anticíclicas;**
- **Levar instrumentos mais modernos e complementares associados a mecanismos de hedge e opção, facilitando acesso e agilidade da operação.**



3. Seguro Rural e Renda

► Fundo de catástrofe

- Gestão por uma sociedade de propósito específico (SPE): análise das carteiras das seguradoras;
- Conselho Diretor formado por governo, seguradora, resseguradora e agroindústria;
- Recursos: governo, seguradora, quotista, repasse de prêmios, etc.
- Aplicação financeira da reserva técnica do fundo;

► Padronização dos processos de inspeção e acompanhamento de sinistros: formação e treinamento de equipes;

► Cumprimento do PSR de acordo com o Plano Trienal elaborado pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural;

► Operações com base em zoneamento econômico ecológico.



4. Tributação

- ✓ Sistema complexo e diferenciado: padrão mundial recolhe no destino;
- ✓ Carga no PIB: 27% (94); 35,02% (09). Pico de 37,3% (05);
- ✓ Projeto de reforma no Congresso desde fevereiro de 2008;
- ✓ Ônus para cumprir as exigências tributárias:
 - 3,7 milhões de normas tributárias entre 1998 e 2008: 766 por dia (IBPT);
 - Brasil gasta maior número de horas por ano entre 178 países: 2.600 horas (Pricewaterhouse Coopers);

- Condições para dar maior crescimento econômico ao país;
- Distribuição federativa: beneficiar estado consumidor;
- Sistema tributário simples, previsível e justo;
- Diminuir a clandestinidade.

- Desonerar a exportação e o investimento;
- Eliminar a guerra fiscal: princípios da isonomia e neutralidade;
- Retomada da proposta no Congresso. Principais mudanças: a extinção de 5 tributos (Cofins, PIS, CIDE, Salário Educação e CSLL); criação do IVA-F e a unificação das 27 legislações estaduais do ICMS.



4. Tributação

Análise da soja: carro chefe da produção de grãos

- ✓ Lei Complementar nº 87 (Lei Kandir), de setembro de 1996: não incidência de ICMS na exportação de grãos;
- ✓ Distorção no complexo: 12% na passagem do grão entre os estados;
- ✓ Recolhimento no estado produtor do grão precisa ser transferido para o estado onde está situada a planta industrial: acúmulo estrutural no crédito de ICMS;
- ✓ Ausência de tratamento isonômico no FUNRURAL: na venda direta do grão para exportação não há incidência. Na venda do grão para industrialização ocorre a incidência mesmo que seus derivados (farelo e óleo) sejam destinados para exportação. (*sub judice*)

- ➡ Harmonização tributária no Mercosul;
- ➡ Argentina pratica *retenciones*: 35% nos grãos; 32% nos derivados; 20% biodiesel;
- ➡ Brasil estimula a exportação de grãos: Lei Kandir (exportação de investimentos e empregos);
- ➡ Argentina: estimula exportação de derivados (plantas de grande escala); risco de operação *draw back* – importa matéria prima produzida no Brasil e reexporta derivados.



5. Contratos nas Cadeias Produtivas

- ✓ Oferece transparência, previsibilidade e credibilidade às operações;
- ✓ Rompimento unilateral prejudica a disseminação do instrumento;
- ✓ Mecanismo favorece a distribuição de renda nas cadeias produtivas.

- Valorização da ética;
- Harmonização dos conflitos de renda nas cadeias produtivas;
- Credibilidade e cumprimento pelas partes envolvidas.

- ➡ Carrear recursos fora do sistema oficial de crédito rural;
- ➡ Dirimir pendências em câmaras arbitrais.



6. Segurança Fundiária

- ✓ **Marco legal inadequado: Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964);**
- ✓ **Problemas na titularidade das terras; dificuldades para planejar e fiscalizar;**
- ✓ **Usar índices de produtividade como critério de desapropriação de terras para reforma agrária constitui um equívoco radical e gera insegurança no campo;**
- ✓ **Parte importante do crescimento da produção agropecuária no Brasil decorre de ganhos de produtividade, com a incorporação de tecnologia e melhoria na gestão, em áreas consolidadas;**
- ✓ **Desapropriações: invasões, unidades de conservação, terras indígenas, quilombos, descumprimento de função social da terra, etc;**
- ✓ **Processo de regularização fundiária: caro e moroso.**



6. Segurança Fundiária

- Assegurar o direito de propriedade;
- Assegurar o direito de uso da terra ao legítimo proprietário;
- Regularizar a estrutura fundiária brasileira com vistas a desenvolver políticas sociais e setoriais adequadas, bem como permitir a fiscalização e o monitoramento das atividades.

- Concluir o cadastramento fundiário brasileiro;
- Definir regras claras para desapropriações;
- Honrar ordens judiciais de reintegração de posse,
- Honrar indenizações, prévias e justas;
- Eliminar a política distributivista de terras;
- Facilitar a compra de glebas: priorizar pessoas com vocação para a atividade rural;
- Incentivar o cooperativismo, associativismo, consórcios, condomínios; empreendedorismo, etc



7. Marketing

- ✓ **Maior inserção dos produtos do agronegócio no mercado internacional;**
- ✓ **Secretaria de Relações Internacionais: atividades como inteligência comercial, fomento às exportações, organização de eventos no exterior, promoção da imagem do Brasil, atração de investimentos, missões comerciais, entre outros;**
- ✓ **Contratação de adidos agrícolas;**
- ✓ **Conceitos distorcidos: produtos de exportação x abastecimento interno; ambientalista x ruralista; agricultura familiar x empresarial; agricultura convencional x orgânica;**



7. Marketing

- ✓ Estabelecer um amplo programa de valorização da imagem do agronegócio brasileiro, dentro e fora do Brasil;
- ✓ Estratégia definida para combate e prevenção de campanhas e reportagens difamatórias.

- ➡ **MAPA: desenvolver plano próprio de Marketing; Parceria com a Agência Promotora de Exportação – APEX;**
- ➡ **Estabelecer parcerias para a implantação de um amplo Plano de Comunicação para o agronegócio;**
- ➡ **Priorizar mercados e produtos para exportação;**
- ➡ **Cadeias com alta produtividade, elevada tecnologia e sofisticada organização;**
- ➡ **Selos e certificações: credibilidade e adição de valor**



8. Sustentabilidade

- ✓ Rio92, IPCC (4º Relatório sobre aquecimento global e mudança climática) e Al Gore (Uma Verdade Inconveniente) - Prêmio Nobel em 2007;
- ✓ Triple Botton Line (1998): equilíbrio social, econômico e ambiental: sensibilizou e repercutiu na opinião pública;
- ✓ Barreira não tarifária
- ✓ Condicionantes nos contratos (madeira certificada, moratória da soja, moratória do boi, etanol verde);
- ✓ Marco legal interno inadequado: Legislação ambiental, fundiária, trabalhista, previdenciária, etc.
- ✓ ARES, ABC



8. Sustentabilidade

- Adequar as competências internas às exigências internacionais, em consenso; com remuneração
- Oportunidade de nichos de mercado;
- Relatórios de sustentabilidade;
- Parcerias com certificadoras de reconhecimento e reputação internacional;

- ZEE: ocupação, exploração, preservação e recomposição – à luz da ciência;
- Criação de índices de sustentabilidade;
- Difusão da imagem do agronegócio associada à sustentabilidade;
- Geração de Conteúdo: relatório de emissões, zoneamento, estudos e levantamentos
- Práticas de produção sustentáveis: ILPF, PD, recuperação de áreas degradadas, etc, (estímulo via crédito, isenção fiscal e seguro);



9. Meio Ambiente

- ✓ Código Florestal – Lei 4.771/65, alterado pela MP 2166/67. Efeito retroativo – milhares de produtores na ilegalidade;
- ✓ 16.000 normas ambientais; multas e sanções;
- ✓ Ausência de estudos confiáveis: biomas, bacias, unidade de planejamento – a propriedade;
- ✓ Ministério Público - TACs – averbações, dificuldades para obter financiamentos, constituir garantias e transferir posse;
- ✓ Pagamento pelo uso da água, efluentes, odor, poeira, etc.

- Lei discutida com base em ciência e tecnologia;
- Respeito ao Estado de Direito;
- Autonomia para que cada Estado da Federação legisle sobre o seu território. À União caberá apenas o ordenamento geral;
- Legislação com incentivos e não apenas punitiva.

- Criação de um Código Ambiental Brasileiro, definido em bases técnicas e científicas.
- Remuneração por serviços ambientais, direitos e deveres.



10. Relações Internacionais

- ✓ **Brasil é signatário de inúmeros Acordos internacionais:**
 - **Barreiras Técnicas de Comércio: OMC**
 - **Medidas sanitárias e fitossanitárias: SPS**
 - **Propriedade Intelectual Relacionada ao Comércio: TRIPS**
- ✓ **Harmonização (normas, regulamentos e conformidade);**
- ✓ **Uniformização dos sistemas produtivos;**
- ✓ **OMC: Rodada de Doha (2001): sem resultado**
- ✓ **Mercosul e outros acordos bilaterais e regionais**
- ✓ **COP: Mudança Climática e Aquecimento Global – ABC**
- ✓ **Contratação de Adidos Agrícolas (08)**

- **Política Comercial Internacional mais eficaz**
- **Maior envolvimento da Iniciativa Privada nas discussões.**



10. Relações Internacionais

- **governo: executor das tarefas;**
- **Iniciativa privada: produção e comercialização**
- **Interlocução com o governo:**
 - **Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais:**
 - **Câmara Temática de Negociações Agrícolas Internacionais (Consagro);**
- **Ministro da Coordenação do Comércio Exterior na CAMEX;**
- **Parcerias e iniciativas oportunas (Icône, Coscex, ABC, ARES)**



11. Infraestrutura e Logística

- ✓ **Cresce a produção em estados com frágil logística: perda de competitividade pós-fazenda.**
- ✓ **Continua muito aquém do desejável aos custos da infraestrutura dos Portos: agrava a perda de competitividade.**
- ✓ **Diagnóstico: gargalos gravíssimos que não condizem com a grandeza do agronegócio brasileiro.**



11. Infraestrutura e Logística

- ➡ PAC (atraso e problemas para a execução das obras por parte do governo).
- ➡ Público-Privado (aporte fundamental de recursos de governo e privados).
- ➡ Rodovias / Ferrovias / Hidrovias / Dutovias
- ➡ Acesso aos Portos (melhorar)



11. Infraestrutura e Logística

Exemplo: Etanol (500 km) – R\$/tonelada

DUTOVIAS
R\$ 27 / TON

RODOVIAS
R\$ 85 / TON

FERROVIAS
R\$ 40 / TON

HIDROVIAS
R\$ 32 / TON

- 1 – PAC (?) (!)
- 2 – Privado
- 3 – Público



11. Infraestrutura e Logística

➤ **Alcoolduto da PMCC, liderada pela Petrobrás, atrai empresas**

- Licença prévia em 30 dias; construção e aquisição de equipamentos.
- Primeiro trecho (Uberaba à Paulínia – 2º semestre/2011); Outras fases até 2013 (em 2011 já vai via Ilha d'água no Rio para o mercado externo).
- Sistema movimentará 12.8 bilhões de litros/ano no trecho Senador Canhedo – Paulínia, na safra 2020/2021; 9,4 bilhões de litros daqui a 10 anos.



12. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

✓ Não faltam marcos regulatórios adequados: Exemplos:

- **Lei de Proteção dos Cultivares (lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997),**
- **Lei de Sementes (lei nº 10.811, de 05 de agosto de 2003)**
- **Lei de Biossegurança (lei nº 11.105, de 24 de março de 2003)**
- **segue o progresso científico e os anseios da sociedade;**
- **Lei de Inovação (Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004): parcerias entre entidades privadas e governamentais;**



12. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

- ✓ Existem as instituições e os recursos humanos.
- ✓ Falta adequar os esforços sócio-ambientais nos projetos selecionados.
- ✓ Falta maior % aplicado do PIB do agronegócio em P&D&I&D.
- ✓ Maiores esforços em parcerias público-privadas em projetos na fronteira da ciência-nanotecnologia; GMO's; e outros.
- ✓ Reduzir esforços paralelos.



12. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Uma Nova Revolução na Agricultura

- ✓ **Ampliar efetivamente os investimentos em ciência e tecnologia, para sistemas mais eficientes sob a ótica econômica e ambiental.**
- ✓ **Agricultura focada em produção de alimentos de melhor qualidade e baixo custo, assim como biomassa total mais competitiva e indústrias associadas agregando valor aos produtos com tecnologias de ponta.**
- ✓ **O aumento da nossa competitividade, permitirá maiores oportunidades de acesso aos mercados, reduzindo o risco de barreiras comerciais.**



12. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

ALIMENTOS

A
B

FIBRAS

B
C

RAÇÃO ANIMAL

B

COMBUSTÍVEL

A – Agrônomo / Embrapa /
CENPES / Universidades
B – CTC / Canavialis /
Multinacionais / Amyris, etc
C – FAPESP

A – Público
B – Privado
C – Integração P&P



13. Agroenergia

VISÃO EXTERNA

- Oportunidades pelos efeitos “mudança climática e preços da energia”
- Protecionismo na linha do “aprendizado”
- Brasil é soma de clima favorável e terras
- Crescimento populacional e de renda com efeito direto em energia
- Busca por investimentos em energia limpa
- Transição ao novo
- Tecnologia e 2ª geração
- EPA (EUA) e blends

VISÃO INTERNA

- Competitividade
- Volatilidade versus Regulação
- Concentração
- Chegada das grandes empresas internacionais
- Busca das sustentabilidade
- Rápida mudança da frota automotiva e os FFVs
- Luta pela “commoditização” do etanol
- P&D
- Marco regulatório a melhorar
- Expansão (2 dígitos)
- Terceirização do processo produtivo



13. Agroenergia

NOVO

ETANOL

- ZEE / Cana
- ANP e Portaria 43
- EPA (EUA) e etanol de cana como avanço para a lei RFS
- Crescimento da escala de produção
- Sinergia com alimentos

ENERGIA ELÉTRICA

- Retrofit – necessário face potencial
- Valorização da cana-de-açúcar



13. Agroenergia

CANA-DE-AÇÚCAR

1
3

**ÓLEOS VEGETAIS
E GORDURA**

1
3

BIOMASSA
**(Fibras; Energia elétrica;
Gasificação)**

1
3

AÇÚCARES
**(Hidrocarboneto;
Hidrólise)**

1
3

1 – Regulação Interna
2 – Regulação Global
3 – Tecnologia



13. Agroenergia

- **Demanda crescente e acelerada versus oferta pressionada .**
- **Promover o crescimento sustentável e integrado da agroenergia.**

- **Manter a matriz energética mais interessante para o país;**
- **Políticas públicas essenciais para o crescimento sustentável (Exemplos: esforços para tornar o etanol uma *commoditie* internacional; instrumentos para autogestão (ex: estoques estratégicos, parcerias com as distribuidoras contratos de fornecimento, operações de *hedge*,, etc);**
- **P,D & I dirigido para diversificação no uso da cana como matéria prima, assim como os óleos vegetais, madeira e restos vegetais; para motores mais competitivos.**



14. Normas e Certificações

- ✓ Tendência das barreiras protecionistas;
- ✓ Redução das práticas tarifárias, *dumping* e subsídios;
- ✓ Aumento nas questões sanitárias, ambientais e sociais.
- ✓ Normas (voluntárias) x recomendações técnicas (obrigatórias);
- ✓ Instituição do sistema agrícola da produção integrada: identificação de origem, certificação e rastreabilidade dos alimentos.

- Desenvolvimento das normas e certificações afetas ao agronegócio;
- Fortalecimento do Acordo Sobre Barreiras Técnicas (TBT):
 - Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (normalização);
 - Instituto Nacional de Metrologia - INMETRO (medição);
 - Entidades credenciadas (conformidade às normas).



14. Normas e Certificações

- **Sistemas para avaliação de barreiras técnicas;**
- **Metodologia de certificação compatível à realidade brasileira;**
- **Harmonização, equivalência e regionalização;**
- **Indicadores de sustentabilidade;**
- **Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE);**
- **Indicadores geográficos e denominação de origem.**



15.1. Defesa Sanitária Animal

✓ **Aftosa: principal barreira para o acesso – depreciação da carne brasileira.**

➤ **Maior transparência nas medidas sanitárias e fitossanitárias.**

- **Concluir a erradicação da aftosa no território nacional: incorporação dos estados da região nordeste e norte;**
- **Apoio técnico e financeiro aos países vizinhos no controle da aftosa;**
- **Ampliar o relacionamento com a Bolívia, Paraguai e Venezuela;**
- **Biossegurança no laboratório de Pedro Leopoldo/MG;**
- **Melhoria e expansão da infra estrutura laboratorial;**
- **Fiscalização e controle dos laboratórios privados credenciados;**
- **Treinamento para diagnóstico e manipulação com biossegurança de materiais suspeitos de conter vírus exóticos;**
- **de governo.**

❖ **continua**



15.1. Defesa Sanitária Animal

- ➡ Equipe de técnicos de laboratório para realizar análises adequadas, com agilidade;
- ➡ Estabelecimento de acordos bilaterais;
- ➡ Elaboração do novo SISBOV: consulta pública 21/12/09 a 19/01/10;
- ➡ Projeto de Inovação Tecnológica para Defesa Agropecuária: avançar na legislação, informatização, interação e aumento de profissionais;
- ➡ Associação de Saúde Animal dos Estados Unidos, criada em 1897: profissionais, acadêmicos, pesquisadores e servidores sugerem as políticas.



15.2. Defesa Sanitária Vegetal

- ✓ Registro de defensivos agrícolas, Decreto N° 4.074/2002 e N° 5.981/2006, que regulamentam a Lei N° 7.802/89: burocracia, complexo, moroso e caro;
- ✓ Ilegalidade: falsificação e internação de produtos.

➤ **Maior transparência nas medidas sanitárias e fitossanitárias**



15.2. Defesa Sanitária Vegetal

- Revisão do decreto nº 4.074/2002: avaliação de risco toxicológico e ambiental, prescrição do tratamento fitossanitário pelos engenheiros agrônomos e florestais.
- Harmonizar as regras de uso e alterações de componentes nas formulações;
- Incentivos para a produção e formulação nacionais;
- Priorizar a análise e aprovação das inovações tecnológicas (ativos novos, melhorias das formulações de produtos registrados, adequações a agricultura nacional);
- Registro de produto: responsabilidade do MAPA, com a participação assessória das áreas de saúde (ANVISA) e meio ambiente (IBAMA);
- Informatização do processo de registro e pós registro: transparência, agilidade e uniformidade no MAPA/ANVISA/IBAMA;
- Projeto de Inovação Tecnológica para Defesa Agropecuária; avançar na legislação, informatização, interação e o aumento de profissionais;



16. Montagem Institucional

- ✓ **Marco regulatório inadequado: Lei Agrícola nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991;**
- ✓ **Diferentes discursos: produção, meio ambiente e saúde;**
- ✓ **Fraca argumentação técnica científica: predominância de ideologia e politização (ex: Protocolo de Cartagena);**
- ✓ **Descentralização dos papéis e competências do MAPA: MDA (Estatuto da Terra); Secretaria da Pesca, MMA (Código Florestal), MI (Código das Águas)**

Marco regulatório adequado para:

- **Economia aberta;**
- **Maior atratividade de recursos;**
- **Orientação voltada para o abastecimento e o mercado externo;**
- **Visão de cadeia produtiva e a solução de seus gargalos.**



16. Montagem Institucional

- **Atualização da definição das competências institucionais (ex: Câmaras Setoriais e Temáticas do Consagro/CNPA);**
- **Dotação de recursos;**
- **Incorporação da pequena agricultura (MDA), Secretaria Especial da Pesca, Área de florestas econômicas (MMA) e Irrigação (MI) ao MAPA;**
- **Assuntos ligados com Reforma Agrária subordinados à Presidência da República.**